



CONAMP INFORMA

Boletim Mensal de Notícias

Ano II - Número 10 - setembro de 2015

Segurança pública

O controle externo da atividade policial é umas das funções institucionais do Ministério Público atribuídas pela Constituição Federal de 1988. O exercício desta atribuição, no entanto, está em contínuo aperfeiçoamento. Neste sentido, a CONAMP enviou ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a pedido do conselheiro Walter de Agra, manifestação sobre o estabelecimento de regras mínimas de atuação do MP na investigação de morte decorrente de intervenção policial.

A CONAMP é favorável à regulamentação, mas destacou

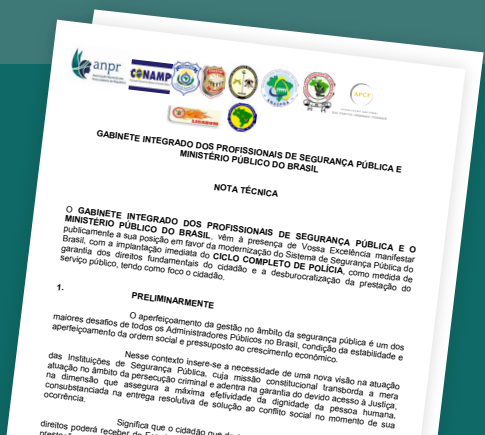
ressalvas necessárias à eficácia da norma. A viabilização de estrutura própria de apoio às investigações criminais conduzidas pelo MP é uma das sugestões. Outra medida relevante seria a criação no âmbito do CNMP de um Grupo de Trabalho para apresentar proposta de “Projeto Nacional de Capacitação em Matéria de Investigação Criminal”, juntamente com as Escolas do Ministério Público.

Ainda sobre o tema, a CONAMP editou Nota Técnica contra resolução que restringe o exercício do controle externo

pelo MP da atividade policial. Para a entidade, a resolução, editada por entidades particulares de natureza classista (Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil e Conselho Superior de Polícia), vai de encontro ao disposto na Constituição Federal. A análise técnica foi enviada ao CNMP, Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) e ao Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMP).

Parceria entre MP e polícias

O ciclo completo de polícia é medida de modernização do Sistema de Segurança Pública do Brasil; de garantia dos direitos fundamentais do cidadão e a desburocratização da prestação do serviço público. A CONAMP é a favor da iniciativa e, portanto, apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 431/2014.



Diálogo com o parlamento

Em agosto, a CONAMP continuou mobilizada no Congresso Nacional em constante diálogo com parlamentares sobre assuntos afetos ao MP. Entre os temas discutidos, destacaram-se a redução da maio-

riedade penal; audiência de custódia; retomada da capacidade eleitoral passiva de membros do MP; ciclo completo de polícia; regulamentação do inquérito civil; reforma do sistema de persecução criminal; e a extin-

ção gradativa da contribuição sobre os proventos de aposentados e pensionistas.

Confira os parlamentares que receberam a CONAMP em agosto:



Senador Anastasia (PSDB/MG)



Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)



Senador José Maranhão (PMDB/PB)



Senador José Pimentel (PT/CE)



Senador Lasier Martins (PDT/RS)



Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)



Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)



Deputado Elmar Nascimento (DEM/BA)



Deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)



José Airton Cirilo (PT/CE)



Moema Gramacho (PT/BA)



Tadeu Alencar (PSB/PE)

Janot é reconduzido ao cargo de PGR

O plenário do Senado Federal aprovou por 59 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção, a recondução de Rodrigo Janot Monteiro de Barros ao cargo de procurador-geral da República (PGR). Antes de ir ao plenário, o indicado foi sabatinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Membros da CONAMP acompanharam todo o processo.

Durante mais de dez horas de sabatina, Rodrigo Janot defendeu a parceria do MP com os três Poderes e respondeu a

vários questionamentos, em especial sobre a Operação Lava-Jato. Janot disse ainda sobre a compatibilização dos princípios constitucionais de unidade e independência funcional do MP. Conforme o PGR, a independência funcional, ao evitar abuso de autoridades da própria instituição, “é uma garantia muito mais do cidadão do que do próprio MP”. Por outro lado, para que os membros do MP não sejam “ilhas incomunicáveis de um arquipélago”, Janot defendeu a fixação de prioridades de atuação dos MP’s.



O procurador-geral da República foi o mais votado na eleição realizada entre os integrantes do Ministério Público da União. [A CONAMP, em conjunto com demais entidades do MP, publicou nota de apoio à recondução de Janot.](#)

CONAMP debate possibilidade de promotor concorrer ao cargo de PGJ

A Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do MP (ASMMP) realizou o evento “Democracia Plena no Ministério Público Estadual: a Possibilidade de Candidaturas de Promotores de Justiça ao cargo de procurador-geral de Justiça (PGJ)”. O tesoureiro da CONAMP, Marcelo Oliveira, esteve presente.

Atualmente apenas cinco Estados não permitem que promotores participem do pleito ao cargo de PGJ: os MP’s de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Roraima e Tocan-

tins. Segundo a CONAMP, se a Constituição Federal de 1988 não faz distinção entre promotor e procurador, não há justificativa para restrição em lei estadual. Assim, pelo princípio da isonomia, toda a carreira do MP possui as mesmas garantias e prerrogativas.

“Uma Instituição que se pretende democrática e igualitária não pode limitar a capacidade eleitoral passiva a apenas 15% da classe (no MP/MS existem 235 membros na ativa e o Colégio de Procuradores conta com 31 cargos)”, disse o



presidente da ASMMP, Lindomar Tiago Rodrigues.

O evento contribuiu com o debate do MP/MS iniciado pelo atual procurador-geral de Justiça Humberto Brittes que busca elaborar proposta de alteração da lei estadual.

CNMP

Na cerimônia de posse dos novos conselheiros do CNMP, realizada no dia 18, foram reconduzidos para o segundo mandato o procurador de Justiça Militar Antônio Pereira Duarte; os promotores de Justiça Marcelo Ferra e Cláudio Portela; e o advogado Esdras Dantas. Por sua vez, os conselheiros empossados para o primeiro mandato foram o subprocurador-geral do Trabalho Otávio Brito; o procurador Fábio Stica; o promotor Orlando Rochadel e o juiz de Direito Sérgio Ricardo de Souza. A CONAMP acompanhou todas



as etapas necessárias para a posse dos conselheiros empossados, [desde a eleição do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais \(CNPGE\) dos representantes das vagas dos MP's dos Estados à sabatina realizada pelo Senado Federal.](#)



CNPG

A diretoria da CONAMP também esteve presente na posse festiva do novo presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG),

Lauro Machado Nogueira, procurador de Justiça de Goiás. Na oportunidade, a presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, saudou o empossado,

desejando sucesso no mandato, e homenageou o ex-presidente do CNPG, o procurador Eduardo de Lima Veiga.



Associações do MP

A entidade participou ainda das solenidades de posse das novas diretorias das Associação do MP do Paraná (APM-

PPR) e de Sergipe (ASMP). Cláudio Franco Felix ficará à frente da APMPPR no biênio 2015/2017. Já o promotor de

Justiça Nilzir Vieira Soares Júnior presidirá a ASMP nos próximos dois anos.

Visitas institucionais

Corregedor Nacional

Membros da diretoria e do Conselho Deliberativo da CONAMP visitaram nesta quinta-feira (27) o corregedor nacional do Ministério Público, Cláudio Portela, eleito por unanimidade pelo plenário do Conselho Nacional do MP (CNMP). Na oportunidade, a presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, desejou sucesso a Portela e afirmou que a entidade está à disposição.



STF

O Ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal recebeu representantes da CONAMP e do Ministério Público de Rondônia. Na oportunidade, foi entregue ao Ministro memoriais relacionados às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 5281 e 5324 contra Emenda à Constituição do Estado de Rondônia que define como atribuição exclusiva do Procurador-Geral de Justiça a promoção de inquérito civil público e a ação civil pública quando envolver governador



do Estado, integrantes do Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e da Defensoria Pública. A Procura-

doria Geral da República manifestou-se favorável à ADI iniciada pela CONAMP.

Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356